

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (IFRS) referentes aos exercício findos

Em 31 de dezembro de 2020 com Relatório dos auditores independentes



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente aos exercícios findos Em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais individuais e consolidados	8
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas	
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais	
e consolidadas	14



Rua Castilho, 392 - 4º Andar Brooklin - São Paulo - SP CEP 04568-010São Paulo - Brasil T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Acesso Soluções de Pagamento S.A.** São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Acesso Soluções de Pagamento S.A.** ("Acesso", "Companhia" e "Controladora"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Acesso Soluções de Pagamento S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase – realização do imposto diferido

Conforme mencionado na nota 10, a Companhia mantém registrado créditos tributários no montante de R\$ 18.168 mil que foram suportados com base em estudo técnico elaborado pela administração que prevê a realização de lucros tributários futuros no período de 10 anos. O estudo efetuado pela administração que suportou o reconhecimento dos referidos créditos tributários está baseado em premissas que estimam o crescimento de receitas com aumento dos clientes, lançamento de novos produtos e ganhos de sinergia e eficiência operacional. A efetiva realização dos créditos tributários no futuro depende do sucesso das operações e a consequente realização das premissas consideradas pela administração na elaboração do referido estudo. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

Principal Assunto de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Processamento e liquidação das transações de cartões pré-pagos

A Companhia mantem investimentos sistêmicos com o objetivo de garantir o funcionamento e a continuidade de suas operações relacionadas à captura, processamento e liquidação das transações com cartões pré-pagos e assim, por conseguinte, manter a segurança e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia mantem o processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e no reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente, aquelas relacionadas às rubricas de saldos a receber e a pagar para estabelecimentos comerciais e administradoras de cartões. Em função da complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais, e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem:

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões pré-pagos. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, cópia e armazenamento de informações (backup) e revisão dos procedimentos adotados pela empresa terceirizada responsável pela asseguração no processamento das informações. Aplicamos, ainda, testes por amostragem sobre os controles relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Adicionalmente efetuamos, em base de testes, procedimentos adicionais de circularização de saldos com objetivo de confirmar os valores registrados de receitas, contas a receber e contas a pagar. Os nossos procedimentos incluíram, também, os procedimentos de credito de parcerias e créditos em circulação divulgados pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas Notas Explicativas nº 7 e nº 16.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os procedimentos e as metodologias utilizadas para o registro, controle, valorização do processo de captura, processamento e liquidação das transações e divulgação no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou o regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de junho de 2021.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controlado	ora	Consolida	do
Ativo	Notas	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	272.766	170.163	272.971	170.878
Contas a receber operacionais	-	458	2.678	459	2.723
Tributos a compensar e a recuperar	5	1.418	1.505	1.505	1.575
Despesas antecipadas	6	2.420	545	2.420	545
Outros ativos	7	10.515	11.716	10.536	11.716
Total do ativo circulante		287.577	186.607	287.891	187.437
Ativo não circulante					
Investimentos	10	313	818	-	-
Depósitos judiciais	8	1.185	1.127	1.765	1.692
Ativos fiscais diferidos	9	18.168	11.683	18.168	11.683
Imobilizado	11	1.035	1.101	1.035	1.101
Arrendamento mercantil - Direito de uso	12	1.113	2.067	1.113	2.067
Intangível	13	4.503	3.888	4.503	3.888
Total do ativo não circulante		26.317	20.684	26.584	20.431
Total do ativo		313.894	207.291	314.475	207.868
Total do ativo	=	313.694	207.291	314.473	207.000

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consoli	dado
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2020	2019	2020	2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	5.917	1.468	5.917	1.468
Contas a pagar	15	19.223	15.286	19.223	15.290
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	16	255.946	158.869	255.946	158.869
Passivos fiscais	17	2.248	1.457	2.248	1.458
Passivos trabalhistas	18	5.176	2.962	5.176	2.969
Arrendamento mercantil a pagar	12	914	862	914	862
Total do passivo circulante		289.424	180.904	289.424	180.916
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	17.629	3.534	17.629	3.534
Passivos trabalhistas	18	1.900	-	1.900	-
Arrendamento mercantil a pagar	12	159	1.072	159	1.072
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civeis	19	174	419	755	984
Total do passivo não circulante		19.862	5.025	20.443	5.590
Patrimônio líquido					
Capital social	20	59.797	59.797	59.797	59.797
Prejuízos acumulados	-	(55.189)	(38.435)	(55.189)	(38.435)
Total do patrimônio líquido		4.608	21.362	4.608	21.362
Total do passivo e patrimônio líquido		313.894	207.291	314.475	207.868

Demonstrações do resultado individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controlado	ora	Consolida	do
	Notas	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de serviços		46.429	36.175	46.642	36.725
(-) Deduções da receita		(4.908)	(4.058)	(4.932)	(4.105)
Receita líquida	21	41.521	32.117	41.710	32.620
Custo dos serviços prestados	22	(34.512)	(23.419)	(34.512)	(23.426)
Resultado bruto	-	7.009	8.698	7.198	9.194
Despesas comerciais e administrativas Provisão para contingências	23 19	(38.334) (5)	(26.425) (75)	(39.029) (5)	(27.006) (75)
Outras receitas/ (despesas)	-	3.460	574	3.463	574
Resultado com equivalência patrimonial	10	(504)	(54)	-	-
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(28.374)	(17.282)	(28.373)	(17.313)
Receitas financeiras	24	8.266	10.627	8.291	10.692
Despesas financeiras	24	(3.131)	(1.260)	(3.157)	(1.294)
Resultado financeiro		5.135	9.367	5.134	9.398
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.239)	(7.915)	(23.239)	(7.915)
Imposto de renda	9	4.705	1.005	4.705	1.005
Contribuição social	9	1.780	362	1.780	362
Prejuízo do exercício	 =	(16.754)	(6.548)	(16.754)	(6.548)
Prejuízo por ação	·-	(0,4113477)	(0,1607679)	(0,411348)	(0,160768)

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Contro	oladora	Conso	lidado
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício	(16.754)	(6.548)	(16.754)	(6.548)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(16.754)	(6.548)	(16.754)	(6.548)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social nacional	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	59.797	(31.887)	27.910
Prejuízo do exercício	-	(6.548)	(6.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.797	(38.435)	21.362
Prejuízo do exercício	-	(16.754)	(16.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	59.797	(55.189)	4.608

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado)
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(16.754)	(6.548)	(16.754)	(6.548)
Ajuste para:				
Depreciação e amortização	1.173	504	1.173	504
Equivalência patrimonial	504	54	-	-
Provisão para contingências	(245)	(75)	(245)	(75)
Impostos diferidos	(6.485)	(1.367)	(6.485)	(1.367)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	2.220	(2.167)	2.264	(2.145)
Tributos a compensar e a recuperar	87	613	66	598
Despesas antecipadas	(1.875)	513	(1.875)	546
Outros créditos	1.203	(5.069)	1.204	(5.037)
Depósitos judiciais e cauções	(57)	(20)	(73)	(52)
Arrendamento mercantil - Direito de uso	954	954	954	954
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Emprestimos e financiamentos	18.543	5.002	18.543	5.002
Contas a pagar	3.937	8.862	3.932	9.005
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	97.077	23.838	97.077	23.838
Obrigações tributárias	791	(193)	790	(194)
Obrigações trabalhistas	4.115	1.351	4.107	1.358
Arrendamento mercantil a pagar	(863)	(1.088)	(863)	(1.088)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	104.325	25.164	103.815	25.300
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	_	(9)	_	(9)
Aquisição de ativo imobilizado	(1.722)	(3.489)	(1.722)	(3.489)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.722)	(3.498)	(1.722)	(3.498)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	102.603	21.666	102.093	21.802
Administra de calida de calida e equivalentes de calida	102.003	21.000	102.033	21.002
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial do exercício	170.163	148.497	170.878	149.076
Saldo final do exercício	272.766	170.163	272.971	170.878
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	102.603	21.666	102.093	21.802

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Acesso Soluções de Pagamento S.A. ("ACESSO", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade empresarial de capital fechado constituída e domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Rebouças, 1368, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05402-100.

A ACESSO foi constituída em 18 de outubro de 2010 e mantém-se em fase de expansão e crescimento de suas operações. Durante o ano de 2019, observando os movimentos do mercado financeiro e a carência por produtos e serviços que atendessem à toda a população independente de sua classe social, a ACESSO investiu em novas tecnologias para que em 2020 estivesse preparada para o lançamento de suas novas marcas: ACESSO BANK, plataforma digital de conta para pessoas físicas e jurídicas; e BANKLY, plataforma de banking as a service para parceiros pessoa jurídica que desejam ofertar serviços financeiros para seus clientes utilizando nossa estrutura e regulamentação de mercado.

Durante o segundo semestre de 2020, tanto o ACESSO BANK quanto BANKLY entraram em produção. O Acesso Bank tem mantido crescimento constante e atingiu 89 mil contas em dezembro de 20, além disso, o volume de cash in no segundo semestre foi de R\$ 76 mihões, crescimento de 240% em relação ao primeiro semestre. A grande funcionalidade lançada foi o PIX, no qual foi objeto dos primeiros grupos de testes no BACEN e entrou em produção em novembro de 2020. O app mantem-se muito bem avaliado, tanto na App Store da Apple quanto na Google Play Store.

O Bankly, nova plataforma de banking as a service da Acesso, desenvolvida em nuvem, em micro serviços e totalmente API-first, trouxe uma proposta de integração modular, que tem tido excelende demanda no mercado. No segundo semestre de 2020 foram fechados 76 contratos, sendo 49 nas modalidades open banking e full bank, destes 46 estão em fase de integração ou já em produção, com expectativa de ser gerado um ARR de mais de 50MM. Desta forma, o volume de cash in do Bankly também, cresce de forma acelerada, sedo o total de TPV do segundo semestre R\$ 1,3 bilhões. Crescimento de 96% sobre o semestre anterior.

A Acesso está no seleto grupo das principais empresas brasilerias em ranking elaborado pelo Daily Finance, sendo considerado como destaque em inovação, crescimento, estratégia, gestão e impacto social. Afinal, durante este semestre, mesmo com os efeitos da pandemia, foram batidos os recordes mensais de cashin e já atingido a marca de R\$ 1,6 bilhoes, um crescimento de 74% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam os resultados atingidos pela Companhia, além dos investimentos realizados para lançamento dos novos serviços, foco na evolução constante de produtos existentes e melhoria contpinua na experiência de uso de seus clientes. Elas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócio formalizado que considera a expectativa de crescimento no volume de transações com os cartões por ela emitidos, além das novas linhas de negócios projetadas e, consequente geração de lucros futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos constituídos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Eventuais paralizações poderão acontecer dependendo de decisões governamentais ou outros fatores alheios à vontade da Companhia. Os recursos financeiros estão aplicados, em fundos de investimento de renda fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Na data de emissão destas demonstrações financeiras não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar em eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre as estimativas ou negócios da Companhia.

2. Controladas

Em 11 de outubro de 2013, a ACESSO adquiriu 99,99% das quotas da UPSIGHT LTDA. ("UPSIGHT", "Controlada"), uma empresa especializada no processamento de sistemas pré-pagos de "circuitos fechados" ("closed loop", "private labels").

Em 13 de novembro de 2017, a ACESSO constituiu a empresa CEIBA DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA. ("CEIBA", "Controlada"), da qual possui 99,99% das quotas, sendo uma empresa distribuidora de cartões.

Relação de entidades controladas

		Participação acionária (%)		
Descrição	País	2020	2019	
UpSight Ltda.	Brasil	99,99	99,99	
Ceiba Distribuidora e Comércio Ltda.	Brasil	99,99	99,99	

3. Principais práticas contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelos Administradores em 29 de junho de 2021.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, tributos diferidos, valor recuperável do ágio e provisão para riscos.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são incialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- I. Custo amortizado:
- II. Valor justo por meio do resultado;
- III. Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

i) Disponibilidades

"Caixa e Equivalentes de Caixa" abrangem as disponibilidades (saldos em caixa e contas correntes em bancos) e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa ou com prazo de vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

ii) Aplicações financeiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

iii) Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, o "Contas a Receber" é medido pelo custo amortizado com a utilização do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iv) Empréstimos

Empréstimos são passivos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses passivos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

v) Contas a pagar

São passivos financeiros não derivativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, o "Contas a Pagar" é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

vi) Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar

São passivos financeiros associados à custódia de valores de terceiros em função da natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela ACESSO, reconhecidos no momento em que a Companhia recebe os montantes aportados por terceiros. Após o reconhecimento inicial, o "Contas a Pagar de Cartões" é medido pelo custo amortizado.

vii) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada ou quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios10 anosComputadores e periféricos5 anosBenfeitoria em bens de terceiros4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Intangível

i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

ii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Softwares 5 anos Carteira de Clientes 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa estimada de custo de capital. As perdas, se houver, são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Neste caso, se o montante recuperável estimado for menor do que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Base de consolidação

i) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo na contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social, do exercício corrente e diferido é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os impostos e contribuições sobre o lucro consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

ii) Imposto diferido

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido pode ser reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) Imposto diferido--Conitnuação

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio;
- O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseandose nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisões para contingências

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

I) Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo assistência médica e assistência odontológica. São concedidos basicamente em bases mensais sendo reconhecidos contabilmente desta forma. Não existem benefícios de pós-emprego, fundo de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Receita de serviços prestados

A receita de serviços prestados é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, estornos ou reduções similares.

As receitas da Companhia podem ser divididas em 4 grandes grupos: (i) Receita de Adesão; (ii) Receita de Serviços de Contas de Pagamento Pré-Pagas; (iii) Receita de Intercâmbio; e (iv) Receita de Serviços de Processamento.

i) Receita de adesão

A Receita de adesão está relacionada às tarifas cobradas dos clientes da ACESSO no momento de adesão ao sistema de administração de contas de pagamento pré-pagas.

ii) Receita de serviços de contas de pagamento pré-pagas

A Receita de Serviços de Contas de Pagamento Pré-Pagas compreende as tarifas cobradas em função da prestação de serviços ao cliente já aderido ao sistema de administração de contas de pagamento pré-pagas. Dentre elas, tarifas de mensalidade, tarifas de recarga, tarifas de saque, etc. São reconhecidas no resultado a partir da cobrança dos respectivos serviços.

iii)Receita de intercâmbio

A Receita de Intercâmbio reflete a receita auferida pela ACESSO equivalente a um percentual do valor de determinadas transações realizadas, por meio, das contas de pagamento administradas pela Companhia. Tal receita é apropriada no momento em que transação é realizada pelo usuário da conta de pagamento.

iv)Receita de processamento

A Receita de serviços de processamento abrange a receita dos serviços prestados pela controlada UPSIGHT e são reconhecidas mensalmente no mês subsequente ao de prestação dos serviços.

v) Receitas financeiras

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, por meio, do método dos juros efetivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) com base no seguinte contrato:

Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentados a seguir:

Ativo - Direito de uso - 01/01/2019

Passivo - obrigações referentes a arrendamentos operacionais

(3.021)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consoli	dado
	2020	2019	2020	2019
Caixa	-	1	=	1
Bancos - conta corrente	15.293	3.933	15.331	4.126
Aplicações financeiras (i)	1.896	3.329	1.900	3.330
Fundos de investimentos	=	2.836	-	2.836
Sociedade de crédito de direto - SCD (ii)	1.012	-	1.012	-
Numerários em trânsito	17	17	17	17
Certificados de depósitos bancários (iii)	8	51.232	171	51.753
Títulos públicos (iv)	254.540	108.815	254.540	108.815
Total	272.766	170.163	272.971	170.878

- (i) Aplicações automáticas de curto prazo com liquidez imediata.
- (ii) Em 20/10/20 a Acesso deu entrada no Banco Central, do pedido para abertura de SCD (Sociedade de Crédito Direto). Conforme normativa do Artigo 29, inciso II da Resolução 4.656/18; Artigo 2º, inciso II da Circular 3.898/18, foi feito depósito de R\$ 1.012 no BACEN (LFT) para cumprir as exigências do processo. Este valor será integralizado ao capital da Bankly CSD quando o Bacen autorizar operação da empresa.
- (iii) Os Certificados de depósitos bancários (CDB) estão aplicados nas seguintes instituições financeiras com suas respectivas taxas e prazos: Banco Daycoval S.A., prazo de 02 anos à taxa média de 101,0% do CDI e Banco Safra, prazo de 01 ano à taxa média de 100% do CDI.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor de mercado das aplicações financeiras equivale ao custo atualizado, com vencimento atrelado a variação do CDI (Certificado de Deposito Interbancário), podendo ser resgatadas a qualquer momento.

5. Tributos a compensar e a recuperar

Os tributos a compensar e a recuperar compreendem os valores tanto de tributos retidos na fonte quanto de tributos não-cumulativos a serem compensados, que em 31 de dezembro de 2020 representavam R\$ 1.418 (R\$ 1.505 em 2019) de forma individual e R\$ 1.505 (R\$ 1.575 em 2019) no consolidado.

6. Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Acesso apresentava R\$ 2.420 (R\$ 545 em 2019) no individual e R\$ 2.420 (R\$ 545 em 2019) no consolidado. Este valor refere-se essencialmente a seguros, licenças de software, garantias contratadas e serviços pagos antecipagamente ainda não executados cujo documento fiscal já foi emitido pelo fornecedor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Outros ativos

	Controladora		Consolic	lado
_	2020	2019	2020	2019
Créditos de parcerias (i)	11.220	13.900	11.220	13.900
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(798)	(2.200)	(798)	(2.200)
Adiantamento a funcionários	93	16	93	16
Outros	-	-	21	-
Total	10.515	11.716	10.536	11.716

(i) Refere-se às remunerações sobre aquisições, ativações e recargas efetuadas por meio da plataforma tecnológica de parceiros, no montante de R\$ 10.412 (R\$ 13.275 em 2019), e valores adiantados para a bandeira como garantia, no montante de R\$ 808 (R\$ 625 em 2019).

8. Depósitos judiciais

Durante o exercício de 2015, A ACESSO passou a questionar judicialmente a legitimidade da majoração das alíquotas de PIS e COFINS de zero para 4,65%, a partir de julho de 2015, em decorrência do Decreto nº 8.426/2015, emitido em 01 de abril de 2015. A partir da liminar concedida no dia 10 de novembro de 2015, a Companhia passou a efetuar o recolhimento desta alíquota por meio de depósito judicial. Em 2017, a Companhia decidiu por não recolher mais em juízo devido a possibilidade de aproveitamento de saldo negativo para compensação dos impostos a pagar. Os valores depositados, anteriormente, estão mantidos em conta de depósito judicial e possuem provisão passiva registrada no grupo contábil de impostos a recolher no montante de R\$ 1.094 (R\$ 1.094 em 2019), além de R\$ 5 (R\$ 4 em 2019) referente aos depósitos judiciais de FGTS. Há ainda bloqueios de R\$ 86 (R\$ 29 em 2019).

	Control	Controladora		dado
	2020	2019	2020	2019
Depósitos judiciais	1.099	1.098	1.679	1.663
Bloqueio judicial	86	29	86	29
Total	1.185	1.127	1.765	1.692

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Ativos fiscais diferidos

A ACESSO reconhece o diferimento do imposto de renda e da contribuição social calculados sobre os prejuízos fiscais na sua conta de tributos diferidos uma vez que considera a perspectiva futura de geração de lucro tributável. Esta perspectiva é baseada em projeções de resultados futuros sustentadas por premissas internas e cenários econômicos prováveis, porém, sujeito a alterações.

Em de 31 de dezembro de 2020, a ACESSO reconheceu R\$ 6.485 (R\$ 1.367 em 2019) de Tributos Diferidos devido ao seu prejuízo fiscal, cuja apuração está demonstrada abaixo. A demonstração considera apenas a Controladora, uma vez que a Controlada não teve apuração de diferido no ano.

	2020	2019
(a) Resultado antes dos impostos (i)	(19.709)	(9.377)
Adições		
Despesas diversas indedutíveis	1.404	2.543
Outras adições (provisão para contingências)	179	
Outras adições (amortização de ágio)	22	1.354
Outras adições (provisão de custos)	3.888	3.550
Outras adições (equivalência patrimonial positiva)	543	<u>-</u>
(b) Total das adições	6.036	7.447
Exclusões		
Despesas diversas indedutíveis	(2.200)	-
Outras exclusões (provisão de custos)	(3.445)	(1.964)
Outras exclusões (reversão de provisão para contingências)	(419)	(75)
Outras exclusões (equivalência patrimonial negativa)	(43)	(51)
(c) Total das exclusões	(6.107)	(2.090)
(d) Base de cálculo (a+b-c)	(19.780)	(4.020)
(d) base de calculo (a+b-c)	(13.700)	(4.020)
Compensações (limitado a 30% do lucro real apurado)	=	-
(e) Base de cálculo após compensações	(19.780)	(4.020)
IRPJ - 15%	2.967	603
IRPJ - 10% (Adicional) (ii)	1.738	402
CSLL - 9%	1.780	362

⁽i) Resultado antes dos impostos se refere ao período de janeiro até novembro de 2020.

O saldo de Tributos Diferidos foi originado de prejuízo fiscal e base negativa acumulados:

Tributos diferidos em 31 de dezembro de 2018 IRPJ diferido CSLL diferido	10.316 1.005 362
Tributos diferidos em 31 de dezembro de 2019	11.683
IRPJ diferido CSLL diferido Tributos diferidos em 31 de dezembro de 2020	4.705 1.780 18.168

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Ativos fiscais diferidos--Continuação

A Administração realizou estudo demonstrando a previsão de realização dos tributos diferidos, que deverão ocorrer em até 10 anos. Os tributos diferidos serão utilizados para compensação a partir do exercício de 2024.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IRPJ				92	352	601	875	962	1.058	9.355
CSLL				33	127	216	315	346	381	3.455
Total				125	479	817	1.190	1.308	1.439	12.810

10. Investimentos

Contempla os investimentos da Acesso na Upsight e na Ceiba conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Capital social	Patrimônio ajusta		Result ajusta		Quantidade de quotas	Participação capital social	Receita/ (despesa) de equivalência
		2020	2019	2020	2019			
Upsight	8.406	247	744	(497)	(36)	8.406	99,99%	(497)
Ceiba	100	66	74	(7)	(18)	100	99,99%	(7)
Controladas diretas	8.506	313	818	(504)	(54)	8.506	-	(504)

A Acesso adquiriu em 11 de outubro de 2013 cotas da Upsight. Em 31 de dezembro de 2020, a Upsight apresentou resultado de R\$ 497 negativo (R\$ 36 negativo em 2019). A Ceiba apresentou em 31 de dezembro de 2020 resultado negativo de R\$ 7 (R\$ 18 negativo em 2019).

11. Imobilizado

	Control	adora	Consolidado		
=	2020	2019	2020	2019	
Bens do Imobilizado	2.647	2.246	2.647	2.246	
Computadores e periféricos	1.975	1.574	1.975	1.574	
Móveis e utensílios	227	227	227	227	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	445	445	445	445	
Depreciação do Imobilizado	(1.612)	(1.145)	(1.612)	(1.145)	
Depreciação de computadores e periféricos	(1.124)	(830)	(1.124)	(830)	
Depreciação de móveis e utensílios Amortização de benfeitorias em imóvel de	(113)	(90)	(113)	(90)	
terceiros	(375)	(225)	(375)	(225)	
Total	1.035	1.101	1.035	1.101	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

	Controladora	e consolidado	
		Benfeitorias	
			Total
e pernencos	uterisiilos	tercenos	Iotai
1.311	222	400	1.933
			315
(2)	-	-	(2)
1.574	227	445	2.246
421	-	-	421
(20)	-	-	(20)
1.975	227	445	2.647
(576)	(68)	(88)	(732)
(256)	(22)	(137)	(415)
` ź	. ,	-	` ź
(830)	(90)	(225)	(1.145)
(300)	(23)	(150)	(473)
6		-	6
(1.124)	(113)	(375)	(1.612)
744	137	220	1.101
851	114	70	1.035
	1.574 421 (20) 1.975 (576) (256) 2 (830) (300) 6 (1.124)	Computadores e periféricos Móveis e utensílios 1.311 222 265 5 (2) - 1.574 227 421 - (20) - 1.975 227 (576) (68) (256) (22) 2 - (830) (90) (300) (23) 6 - (1.124) (113)	Computadores e periféricos Móveis e utensílios em bens de terceiros 1.311 222 400 265 5 45 (2) - - 1.574 227 445 421 - - (20) - - 1.975 227 445 (576) (68) (88) (256) (22) (137) 2 - - (300) (23) (150) 6 - - (1.124) (113) (375)

12. Arrendamento mercantil

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu o direito de uso em contrapartida um passivo de arrendamentos para o único contrato que contém arrendamento:

• Edifício utilizado como sede administrativa

Ativo

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e depreciado em bases lineares até o término do prazo inicial do arrendamento que é 38 meses.

Durante o exercício de 2020, devido à crise sanitária causada ela COVID-19 foram realizados aditivos para o contrato da sede administrativa, com objetivo de obter um valor mais acessivo.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Arrendamento mercantil - direito de uso	3.021	3.021	
Depreciação de arrendamento mercantil	(1.908)	(954)	
Total	1.113	2.067	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Arrendamento mercantil--Continuação

Passivo

a) Arrendamento mercantil a pagar

A partir de 2019, a Companhia realizou a adoção inicial do pronunciamento CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16), passando a registrar um passivo decorrente das contraprestações a serem pagas do contrato de aluguel. Nos quadros abaixo, apresentamos a movimentação dos saldos de arrendamentos a pagar e a abertura por prazo de vencimento destes saldos para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Saldo inicial em 01 de Janeiro de 2019	<u>-</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	3.021
Encargos financeiros	202
Pagamentos de principal efetuados	(1.087)
Pagamentos de encargos financeiros efetuados	(202)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2019	1.934
Encargos financeiros	99
Pagamento de aluguel	(861)
Pagamentos de encargos financeiros efetuados	(99)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2020	1.073

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Circulante	914	862	
Não circulante (i)	159	1.072	
Total	1.073	1.934	

⁽i) As parcelas do passivo não circulante tem seus vencimentos em 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Intangível

	Control	adora	Consol	idado
	2020	2019	2020	2019
Softwares	5.587	4.266	5.587	4.266
Amortização acumulada	(1.084)	(378)	(1.084)	(378)
Total	4.503	3.888	4.503	3.888

	Controladora e consolidado			
Movimentações do intangível	Licenças, softwares, sistemas	Carteira de clientes	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1,246	299	1.663	3.208
Adições no exercício	3.174	-	-	3.174
Baixa no exercício	(154)	(299)	(1.663)	(2.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.266	-	-	4.266
Adições no exercício	1.393	-	-	1.393
Baixa no exercício	(72)	-	-	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.587		-	5.587
Amortização				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(444)	(299)	(333)	(1.076)
Amortização do exercício	(77)	=	(1.330)	(1.407)
Reversão de amortização do exercício	143	299	1.663	2.105
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(378)	-	-	(378)
Amortização do exercício	(706)	-	-	(706)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.084)	-	-	(1.084)
Valor contábil do intangível				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.888	-	-	3.888
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.503			4.503

14. Empréstimos e financiamentos

Finalidade	% - Taxa de juros	2020	2019
Capital de giro	CDI + Entre 3% a 4,50 a.a	4.510	5.002
Débitos Creditórios	CDI + 5,28%	4.000	-
Bridge Acionistas	12% aa Pré	15.036	=
-	-	23.546	5.002
Circulante		5.917	1.468
Não circulante	<u>-</u>	17.629	3.534

As parcelas do passivo não circulante tem seus vencimentos conforme segue:

Ano	Valor
2022	17.218
2023	411
	17.629

Os empréstimos foram concedidos pela instituição financeira sem que houvesse necessidade de apresentação de garantias devido ao relacionamento comercial mantido entre as partes. No segundo semestre de 2020 foi captado R\$ 14.982 junto aos acionistas conforme deliberação em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária em 03 de junho de 2020 com vencimento em 31 de agosto de 2022. Os valores captados são conversíveis em ações no fim do período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Contas a pagar

	Contro	Controladora		idado
	2020	2019	2020	2019
Circulante	·			
Fornecedores (i)	6.276	4.911	6.276	4.915
Adiantamentos (ii)	12.947	10.375	12.947	10.375
Total	19.223	15.286	19.223	15.290

- (i) O saldo de Fornecedores contempla Provisões diversas R\$ 2.294 (R\$ 2.513 em 2019) e Fornecedores nacionais R\$ 3.982 (R\$ 2.398 em 2019);
- (ii) Saldo composto por Adiantamentos de Clientes R\$ 6.836 (R\$ 8.584 em 2019), Adiantamentos de Clientes Co-Branded R\$ 4.921 (R\$ 996 em 2019) e Adiantamentos de Clientes Corporativos R\$ 1.190 (R\$ 795 em 2019).

16. Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Valores credores de cartões pré-pagos (i)	117.204	85.745
Agenda de pagamentos para adquirentes (ii)	95.408	67.273
Outros valores custodiados (iii)	43.334	5.851
Total	255.946	158.869

- (i) O saldo disponível em contas de pagamento administradas pela ACESSO abrange, basicamente, os valores devidos aos portadores de cartões pré-pagos emitidos pela ACESSO ("Valores Credores de Cartões Pré-Pagos");
- (ii) As transações em aberto efetuadas pelas contas de pagamento compreendem os valores transacionados pelos portadores dos cartões pré-pagos emitidos pela ACESSO a serem liquidados na rede de adquirência destas transações ("agenda de pagamentos para adquirentes");
- (iii) Refere-se substancialmente a valores a serem devolvidos por contas canceladas, bloqueadas, não identificadas bem como valores de operações internacionais realizadas pelas contas de pagamento a serem liquidadas.

17. Passivos fiscais

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributos federais a recolher	1.293	1.369	1.293	1.370
Tributos municipais a recolher	892	76	892	76
Outras obrigações tributárias	63	12	63	12
Total	2.248	1.457	2.248	1.458

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Passivos trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões trabalhistas	3.316	2.194	3.316	2.194
Obrigações trabalhistas	727	399	727	399
Obrigações previdenciárias	3.033	369	3.033	376
	7.026	2.962	7.026	2.969
Circulante	5.176	2.962	5.176	2.969
Não circulante (i)	1.900	-	1.900	-

(i) Em 25 de novembro de 2020 a Companhia aderiu ao parcelamento do INSS, será liquidado em 60 meses, sendo que as parcelas do passivo não circulante tem seus vencimentos conforme segue:

Ano	Valor
2022 2023 2024 2025	485
2023	485
2024	485
2025	445
	1.900

19. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civeis

Esta conta refere-se aos processos judiciais abertos contra a Companhia e com risco de perda avaliado juridicamente como provável, sendo R\$ 174, referente a 41 processos cíveis (R\$ 169, referente a 25 processos), não há processo judicial trabalhista em andamento (R\$ 250 e 1 processo em 2019), de forma individual, a UPSIGHT possui 1 processo trabalhista registrado no montante de R\$ 581, totalizando R\$ 755 no consolidado, registrados em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

	Control	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
Trabalhistas	=	250	=	250	
Cíveis	174	169	755	734	
Total	174	419	755	984	
	Control	ladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Saldo no exercício anterior	419	494	984	1.026	
Atualização monetária	17	-	33	33	
Constituição	152	-	152	-	
Reversão	(414)	(75)	(414)	(75)	
Total	174	419	755	984	

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a ACESSO possuía uma ação trabalhista classificada com risco de perda provável por seus assessores jurídicos com uma provisão de R\$ 250. Este processo foi encerrado em maio de 2020 tendo assim sua provisão revertida. Já a UPSIGHT, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não contraiu ações trabalhistas avaliadas com risco de perda provável por seus assessores jurídicos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis--Continuação

Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas, individualmente, e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos e da Administração, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Em 31 de dezembro de 2020 a Controladora possuía 46 processos cíveis, classificados como probabilidade de perda provável pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 174 (44 processos cíveis, com valor em risco de R\$ 169 em 2019)

Em 31 de dezembro de 2020 a Controladora possuía 158 processos cíveis, classificados como probabilidade de perda possível pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 1.067 (193 processos cíveis, com valor em risco de R\$ 387 em 2019).

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

A ACESSO possui seu capital social de R\$ 59.797 (R\$ 59.797 em 2019) totalmente integralizado em moeda nacional e está representado por 27.207.874 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que representam 66,71% do capital, 7.006.934 ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal com direito a voto, que representam 17,18% do capital e 6.567.721 preferenciais Classe B nominativas e sem valor nominal com direito a voto, que representam 16,10% do capital social.

20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

20.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art.
 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas:
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando mencionado de outra forma)

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de adesão	6.070	5.298	6.071	5.314
Receita de serviços de contas de pagamento pré-pagas Receita de intercâmbio Receita de serviços de processamento	29.380 10.979 -	25.330 5.547	29.532 10.979 60	25.365 5.547 499
Receita bruta	46.429	36.175	46.642	36.725
Impostos sobre receita Deduções de receita	(4.908) (4.908)	(4.058) (4.058)	(4.932) (4.932)	(4.105) (4.105)
Receita operacional líquida	41.521	32.117	41.710	32.620

22. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados contempla os custos de confecção e logísticos dos cartões pré-pagos da ACESSO ("Custo com Cartões"), os custos envolvidos na liquidação de transações realizadas através dos cartões pré-pagos da ACESSO, como recarga, saque e recarga de celular ("Custo com Transações em Moeda Eletrônica"), os custos com sistemas de terceiros como processadora, gateways, sistemas de liquidação, etc. ("Custo com Operação de Sistemas Terceirizados") e créditos tributários de PIS/COFINS provenientes destes serviços tomados.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo com operação de sistemas terceirizados	(9.353)	(8.219)	(9.353)	(8.219)
Custo com cartões	(14.019)	(11.143)	(14.019)	(11.150)
Custo com transações em moeda eletrônica	(11.140)	(4.057)	(11.140)	(4.057)
Total	(34.512)	(23.419)	(34.512)	(23.426)

23. Despesas comerciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa com pessoal	(28.458)	(18.469)	(28.692)	(18.907)
Despesas gerais e administrativas	(5.499)	(4.606)	(5.957)	(4.742)
Despesas comerciais	(1.569)	(1.333)	(1.570)	(1.337)
Despesas tributárias	(817)	(694)	(819)	(698)
Despesas com depreciação e amortização	(1.991)	(1.323)	(1.991)	(1.322)
Total	(38.334)	(26.425)	(39.029)	(27.006)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	Controla	dora	Consoli	dado
Receitas financeiras	2020	2019	2020	2019
Receitas de aplicações financeiras	4.876	8.274	4.884	8.304
Atualização monetária	45	81	62	116
Variação cambial ativa	3.169	2.269	3.169	2.269
Outras receitas financeiras	176	3	176	3
Total	8.266	10.627	8.291	10.692
	Controla	idora	Consoli	dado
Despesas financeiras	2020	2019	2020	2019
Variação cambial passiva	(621)	(455)	(621)	(455)
Descontos concedidos	(44)	(139)	(44)	(139)
IOF	(255)	(280)	(257)	(280)
Multa/Juros sobre Pagamentos com Atraso	(600)	(20)	(600)	(21)
Juros Sobre Empréstimos	(752)	(3)	(752)	(3)
Deságio e Marcação a Mercado de Títulos	(619)	-	(619)	`-
Despesas financeiras com juros	,		,	
s/arrendamento	(99)	(202)	(99)	(202)
Outras despesas	(1 ` 41)	(161)	(1 ⁶⁵)	(194)
Total	(3.131)	(1.260)	(3.157)	(1.294)
Resultado financeiro	5.135	9.367	5.134	9.398

25. Transação com partes relacionadas

Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo as empresas controladoras, os seus controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05.

A ACESSO manteve operações com partes relacionadas no curso normal ou pontual das suas atividades e em condições de mercado.

A Companhia não tem por política oferecer aos seus administradores plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações. A remuneração global dos administradores e executivos-chave da ACESSO em 2020 foi de R\$ 2.710 (R\$ 1.908 em 2019). As despesas estão registradas no resultado do ano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos

A ACESSO busca constantemente adequar sua estrutura de risco à medida que aumenta a complexidade de suas operações, volume financeiro transacionado e a interação com seus clientes. A companhia observa as práticas de mercado e constantemente atualiza seus procedimentos para que cada vez mais aprimore suas políticas de gerenciamento de riscos.

Atualmente, a ACESSO possui uma estrutura de gerenciamento de riscos dividida em camadas de controles que estão alinhadas aos objetivos da companhia definidos pelo Conselho Administrativo e Diretoria. Na primeira camada, temos a área de controles financeiros e na segunda, controles internos e compliance.

A primeira camada realiza o acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de capital da companhia, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

A segunda camada, por sua vez, tem como objetivos definir, implantar e gerenciar métodos de gestão de risco operacional e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de forma independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos discutidos nas reuniões do Comitê de Riscos e por fim, disseminar a cultura da gestão de risco operacional.

Vale ressaltar a atuação do conselho de administração e diretoria quanto as revisões mensais dos índices de liquidez, durante as reuniões de conselho administrativo, baseando-se nos indicadores apresentados pelo time financeiro para definir a melhor estratégia em eventos que impactam a liquidez da Companhia. Atualmente a Companhia conta com uma Política de Gerenciamento de Riscos e com um Plano de Contingência de Liquidez, ambos aprovados pelo Conselho de Administração.

Como os principais riscos a que a ACESSO está exposta no curso de suas atividades identificou-se: o risco de crédito, o risco de liquidez e gestão de capital, o risco operacional e o risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao não cumprimento de uma contraparte de honrar suas respectivas obrigações financeiras nos termos contratuais pactuados.

Vale ressaltar a natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela ACESSO, o que garante que todas as transações realizadas só são autorizadas mediante existência de saldo disponível para honrar os compromissos decorrentes destas transações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez advém da possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade do cumprimento das obrigações esperadas e inesperadas , atuais e futuras, incluindo as decorrentes de colaterização, sem que haja prejuízo nas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas para a ACESSO.

A Acesso possui salvaguarda dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão, atendendo ao disposto no artigo 12, §9º, IV, da Circular nº 3.681/2013. Os valores creditados pelos clientes são mantidos em conta apartada, assegurando que, em caso de ruptura severa, os valores se mantenham íntegros e os clientes não sejam impactados com a deterioração do saldo dos cartões. Os níveis de liquidez são monitorados diariamente e reportados mensalmente ao Controlador, BOARD e Conselho de Administração.

O risco de liquidez associado à liquidação das obrigações corporativas é monitorado continuamente através da gestão do fluxo de caixa e análise recorrente dos perfis de vencimentos de ativos e passivos.

Quanto à gestão de capital, a Acesso possui sólida situação, com patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente, conforme disposto no artigo 10 da Circular nº 3.681/2013.

c) Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, fraquezas ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas. O risco legal associado á inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela ACESSO e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades realizadas também se incluem nesta definição.

A Companhia possui mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios, além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nos encontros do Comitê de Riscos que resultam em recomendações e planos de ações definidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma companhia, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, entre outros.

A Acesso monitora frequentemente possíveis anormalidades do mercado, a fim de identificar, mensurar e proteger a empresa de exposições desalinhadas com o apetite ao risco definidos pela administração e conselho administrativo.

27. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos.

28. Coberta de seguros

A Acesso possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

29. Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em 26 de fevereiro de 2021 foi feito integralização de captial de R\$ 2.808 por meio de exercício de opções de ações e em 17 de março de 2021 100% dos acionistas aderiram a conversão antecipada da Bridge Loan em ações.

Incorporação de 100% das ações de emissão da Acessopar Investimentos e Participações S.A. (controlada da Companhia) pela Méliuz S.A.

Em 03 de maio de 2021, foi assinado o "Acordo de Associação" entre a Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar"), a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso") e a Méliuz S.A.. O Acordo de Associação prevê, entre outras avenças, a incorporação pela Méliuz de 100% das ações de emissão da Acessopar, holding controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão do Méliuz ("Transação"). O valor da Transação totaliza R\$324,5 milhões, e tal montante está sujeito a ajustes de valor usuais em operações dessa natureza.

A consumação da Transação está sujeita à aprovação de alteração do controle societário da Acesso pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e será apresentada a este órgão na forma assinalada pela legislação em vigor. Após a aprovação pelo BACEN e o cumprimento das demais condições precedentes previstas no Acordo de Associação, a operação será submetida à assembleia de acionistas da Méliuz e da Acessopar, nos termos do Art. 252 da Lei das S.A.